



**CÂMARA TÉCNICA ESPECIALIZADA
DE ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA DE ENERGIA
Ata da 2ª reunião, realizada em 21 de fevereiro de 2017**

1 Em 21 de fevereiro de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica
2 Especializada de Atividades de Infraestrutura de Energia (CIE), na sede da
3 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
4 (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e
5 suplentes: o presidente André Luis Ruas, representante da SEMAD.
6 Representantes do poder público: Luciano Vasconcelos Trindade, da Secretaria
7 de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Marlon
8 Alexander Carvalho, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico,
9 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Gustavo Xavier Ferreira, da
10 Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de
11 Minas Gerais (Sedinor); Carina Angélica Brito Reyder, da Secretaria de Estado
12 de Casa Civil e de Relações Institucionais (Seccri); Leonardo Carvalho Ladeira,
13 da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Flávia Vieira Marri
14 Amado, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop).
15 Representantes da sociedade civil: Enio Marcus Brandão Fonseca, da
16 Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE); Nelson
17 Fonseca Leite e Paulo José Clebicar Nogueira, da Associação Brasileira de
18 Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee); Antônio Walter dos Santos
19 Pinheiro Filho, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa
20 (Abragel); Gustavo Bernardino Malacco da Silva e Gustavo Tostes Gazzinelli, da
21 Associação dos Agentes Ambientais Voluntários do Desenvolvimento
22 Sustentável e Defesa Social (Neoambiente); Priscila Caroline Albuquerque da
23 Silva, da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg); Igor Braga Martins,
24 do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG).
25 **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.**
26 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente André Luis
27 Ruas declarou aberta a 2ª reunião da Câmara Técnica Especializada de
28 Atividades de Infraestrutura de Energia e abriu a palavra para apresentação dos
29 conselheiros. Em seguida, cada conselheiro se apresentou informando o órgão
30 ou entidade que representa na CIE. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS
31 E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Gustavo Xavier Ferreira: “Eu queria fazer
32 uma observação quanto à escassez hídrica que nós temos sofrido nas regiões
33 Norte e Nordeste. Nós temos dialogado bem com o governo do Estado sobre
34 obras de infraestrutura naquelas regiões. Eu vou citar o município de Montes
35 Claros, que é muito preocupante, apesar das insistentes obras que temos feito
36 naquele município. Um município de 500 mil habitantes hoje conta com a

37 barragem única, que já está com índice de 34%, uma barragem de pequeno
38 porte, que aguentará somente alguns meses. Nós temos que contar, realmente,
39 com a chuva, e realmente chamar a atenção para fazer outras ações pertinentes
40 e constantes naquele município.” Presidente André Luis Ruas: “Realmente, na
41 questão da crise hídrica, tem dois anos que o Estado passa por situação difícil.
42 Inclusive, aqui na região metropolitana, nós tivemos uma situação do sistema de
43 mananciais que também estava em níveis bem preocupantes. E as regiões
44 Norte, Nordeste e Noroeste do Estado também passam pela situação,
45 naturalmente, pelo clima mais seco. É uma matéria muito importante aqui na
46 Secretaria. O IGAM já tem tomado algumas ações nesse sentido de investir em
47 novas tecnologias. O governo do Estado, por exemplo, teve uma reunião, há um
48 mês, com uma delegação de Israel. Eu tive a oportunidade de participar, e o
49 secretário, também. Israel também é um país com clima muito árido. Nós
50 estamos até com uma proposta de troca de experiências. Enquanto Minas é a
51 ‘caixa d’água’ do Brasil, o Estado de Israel é muito seco. Eles têm uma
52 tecnologia impressionante de aproveitamento de recursos hídricos, e nós
53 esperamos que essa troca de experiência seja bastante interessante, para que
54 possamos evitar que essa crise hídrica se agrave, inclusive, com possibilidade
55 de racionamento no nosso Estado.” **4) EXAME DA ATA DA 1ª REUNIÃO DA**
56 **CIE.** Aprovada por unanimidade a ata da 1ª reunião da Câmara Técnica
57 Especializada de Atividades de Infraestrutura de Energia, realizada em 31 de
58 janeiro de 2017, com abstenção do conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli. **5)**
59 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA. 5.1)**
60 **Mariana Transmissora de Energia S/A. / LT 500 KV. Itabirito II. Vespasiano**
61 **II. Linhas de transmissão de energia elétrica. Vespasiano, Santa Luzia,**
62 **Sabará, Raposos, Rio Acima, Nova Lima, Itabirito e Ouro Preto/MG. PA**
63 **07923/2014/001/2014. Classe 5. Apresentação: Supram Central**
64 **Metropolitana. Retorno de vista: conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli.**
65 Licença concedida por maioria nos termos do Parecer Único, com votos
66 contrários dos conselheiros representantes da Neoambiente e da Seplag, com
67 prazo de validade de 5 (cinco) anos, em observância ao Decreto 47.137.
68 Declarações de voto - Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Por tudo que eu
69 já falei aqui, eu voto contra o parecer da Supram. Eu acho um parecer com
70 várias falhas, assim como o EIA, no qual ele se baseou para fazer várias
71 posições.” Conselheiro Leonardo Carvalho Ladeira: “Eu segui o relatório de
72 vista, concordei com os palpites e sugiro a diligência para esclarecimento
73 dessas questões novas que ele coloca em relação ao processo. Eu não sou a
74 favor da licença em função disso.” Antes da votação do processo, o conselheiro
75 Gustavo Tostes Gazzinelli fez exposição de seu parecer de vista concluindo
76 pela necessidade de baixa em diligência “até que o PA COPAM nº
77 07923/2014/001/2014 esteja devidamente instruído para ser novamente pautado
78 nesta Câmara Técnica Especializada de Infraestrutura e Energia.” A equipe
79 técnica da Supram Central Metropolitana considerou que o processo se

80 encontrava devidamente instruído, prestou os esclarecimentos solicitados sobre
81 cada item levantado no parecer do relator e manteve o teor do Parecer Único.
82 Após as manifestações dos inscritos, incluindo esclarecimentos da Supram e do
83 empreendedor, a Presidência decidiu não acatar a solicitação de baixa em
84 diligência. Segue íntegra das manifestações finais do conselheiro Gustavo
85 Tostes Gazzinelli, antes da votação do processo, e do presidente André Luis
86 Ruas. Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu queria fazer pequenas
87 considerações finais. Ninguém aqui me ouviu questionar a importância da linha
88 de transmissão, eu não falei em nenhum momento se a linha de transmissão é
89 importante ou não. Eu não entrei nesse mérito. Até acho que nós vivemos um
90 modelo de desenvolvimento que é bastante questionado, mas não entrei nesse
91 mérito. Agora, ao analisar os mapas, eu vi que existem várias linhas de
92 transmissão na região. Ao estudar o contrato, eu vi que é possível haver
93 compartilhamento de infraestrutura, logística etc., por mais de uma linha de
94 transmissão. Primeiro, eu não estou questionando a relevância de integração do
95 sistema nacional de eletricidade. Segundo, eu apontei que, em relação ao
96 patrimônio cultural, arqueológico, paisagístico, o EIA foi baseado em um
97 documento que é muito acanhado para uma análise mais profissional e
98 qualificada sobre isso. Aí, eu vou falar direto com os empreendedores e
99 consultores: vocês não gostam de Belo Horizonte, vocês não gostam de Minas
100 Gerais, vocês não gostam do ciclo do ouro. Porque, ao terem colocado essa
101 linha de transmissão no ponto mais visível da Estrada Real, ligando a antiga
102 Curral del Rei às Minas do Ouro, em Ouro Preto, passando por Sabará, vocês
103 estão destruindo essa rota do ponto de vista paisagístico. A questão que eu
104 coloco é a seguinte. Por que a opção de passar essa linha de transmissão na
105 margem direita do rio das Velhas? Isso era totalmente dispensável, então, o
106 projeto é equivocado. E eu digo aos meus colegas de Conselho: é um crime
107 contra o nosso patrimônio histórico, seja tombado ou não. Quem conhece essa
108 região e gosta dela talvez fale com a mesma propriedade que eu estou falando.
109 Quem não gosta não fala. Porque eu conheço essa história e me dou o direito
110 de defendê-la. E é isso que estou fazendo aqui. Eu lamento, lastimo muito esse
111 grande equívoco do projeto. E mais ainda: lastimo que o Sisema, tendo as
112 informações bem objetivas que nós colocamos no nosso parecer, não tenha
113 baixado em diligência. Lembro da reunião passada, em que eu perguntei,
114 presidente, se no processo de vista era possível demandar vocês diligência. Aí,
115 o que você me respondeu? ‘Não, você pediu vista, não pode pedir diligência’.
116 Uso de um legalismo, de um rito legal, para poder falar que não podia pedir
117 diligência. Agora, ficou como tarefa sua pedir diligência de coisas que nós
118 estamos informando aqui com muita clareza. E nós não temos nenhuma
119 vontade de protelar coisíssima nenhuma, isso é um equívoco. Agora, como o
120 projeto está cheio de falhas, ele vai ser judicializado. Vai ganhar? Vai, no final,
121 como tudo neste país acontece. Mas é um projeto equivocados, podia ser muito
122 melhor. E eu determino falando assim. Por exemplo, as alternativas às linhas de

123 transmissão: alternativas a, b, c. Não existe nessa discussão, por exemplo,
124 'esse trecho aqui é um trecho complicado'. E cito o exemplo mais uma vez: a
125 margem do rio das Velhas, entre Rio Acima e Nova Lima; Honório Bicalho. É um
126 trecho complicado. Qual seria a alternativa locacional para esse trecho? 'Ah,
127 não, nós temos que discutir alternativa entre Vespasiano e Itabirito.' Qual é a
128 alternativa locacional para a serra da Piedade? Não tem. Então, nós temos que
129 ter um pouco mais de jogo de cintura para discutir esse tipo de projeto. Não só o
130 Estado estabeleceu uma regra nova, que eu acho equivocada, de licenciamento
131 – esse é outro problema –, e nós estamos retrabalhando isso. É nosso papel
132 como conselheiro trabalhar como conselheiro. Eu não abro mão disso.”
133 Presidente André Luis Ruas: “Respondendo a sua pergunta se podia baixar em
134 diligência e pedir vista ao mesmo tempo: não, isso não é só legalismo, é
135 totalmente incompatível. Ou faz um ou faz outro rito. Então, não foi um legalismo
136 da minha parte. Mesmo se fosse, temos que seguir o Regimento, não tem outra
137 opção. E o fato de poder pedir diligência, também pode pedir, mas é
138 prerrogativa do presidente conceder ou não. No meu caso, eu vou votar de
139 acordo com o parecer da Supram Central. A Supram Central fez o parecer, fez
140 os esclarecimentos ao longo desta reunião, e eu estou convencido.” Ainda
141 durante esta sessão, foram solicitados os seguintes registros em ata relativos ao
142 presente processo, conforme descrito a seguir. O conselheiro Gustavo Tostes
143 Gazzinelli solicitou registro de manifestação da área técnica da Supram quanto
144 a responsabilidade específica do Iepha - Elaine Cristina Amaral Bessa, Supram
145 Central Metropolitana: “Temos que esclarecer que não há solicitação de
146 manifestação quanto ao patrimônio cultural municipal. Na verdade, essa
147 interlocução quem deve fazer é o Iepha, motivo pelo qual nós solicitamos a
148 manifestação através do Iepha. Caso o município tenha algum bem acautelado,
149 pode, sim, se manifestar. Mas a Supram não solicita a manifestação, até porque
150 nós não temos conhecimento para saber se determinados municípios têm ou
151 não patrimônio. Então, cabe ao município. Inclusive, na declaração de
152 conformidade também já deveria analisar essa situação. Então, nós não
153 solicitamos para qualquer tipo de processo, independentemente se tem ou não.
154 Cabe ao Iepha.” Manifestação de Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do
155 Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas
156 (Fonasc): “É importante ressaltar que nós temos aqui questões que não
157 permitem que este processo seja votado, e tem que baixar em diligência. No
158 termo de referência que o empreendedor assinou para o Estudo de Impacto
159 Ambiental, uma das demandas era que fosse definida a área diretamente
160 afetada, incluindo os acessos. Em um documento do empreendedor no
161 processo, ele assume que a definição de todos os acessos será feita a
162 posteriori. Então, no âmbito deste processo, do Estudo de Impacto Ambiental,
163 existe uma grave omissão, uma incompletude, que impede que isso seja
164 tratado, e avaliada a viabilidade ambiental. Passa em cima de uma área que já
165 foi falada, o tombamento da Serra da Piedade. Independente se a manifestação

166 do Iphan não pode ser questionada pelo Conselho, o Estudo de Impacto
167 Ambiental, todos os documentos deste processo, dos estudos que o
168 empreendedor apresentou omitiram o tombamento federal da Serra da Piedade.
169 Isso é um fato, uma omissão do Estudo de Impacto Ambiental, que apresenta
170 uma lista de quais os bens. Esse é um segundo fato que impede que este
171 processo seja votado hoje. Terceiro ponto: é uma questão técnica, e aí entra a
172 questão da ART. O Estudo de Impacto Ambiental e o próprio termo de
173 referência não são só as coisas no âmbito biológico e social. A questão, por
174 exemplo, de onde as torres irão ficar e as questões geológicas, de segurança, e
175 essa avaliação do Estudo de Impacto Ambiental não têm na equipe nenhum
176 engenheiro habilitado nas normas do Crea para responder pelas informações do
177 EIA na questão geológica, geomorfológica da implantação. Outro ponto técnico
178 que é importantíssimo, e no nosso entendimento o Estudo de Impacto Ambiental
179 também está errado. Na nota técnica da Aneel para esse edital no qual a
180 Mariana (Mariana Transmissora de Energia S/A.) ficou com essa linha de
181 transmissão diz claramente: 'Neste leilão será adotado o percentual de 100% de
182 estruturação autoportante.' Porque a linha passa em proximidade de área de
183 expansão urbana, como também de biomas Cerrado e Mata Atlântica. No
184 Estudo de Impacto Ambiental o tempo inteiro eu vi: uma parte é autoportante
185 (imagino que é mais portátil, para não ter tanto impacto). E no documento
186 recente, um dos últimos que a empresa entregou ao IEF para atender uma série
187 de perguntas, está lá que 'estima-se que 32% serão do tipo estaiada e 68%
188 autoportante'. O que eu quero deixar claro aqui – e aí os conselheiros vão estar
189 sabendo que eu estou informando – é que, além da declaração de conformidade
190 de Raposos, que a própria Supram pediu ao empreendedor uma nova, porque
191 aquela não tinha valor, porque não é uma questão de um mero formato de
192 protocolo; é o conteúdo – e uma declaração entregue hoje com data de ontem
193 não tem valor no processo, porque é uma coisa a posteriori do Parecer Único –,
194 nós temos um licenciamento com graves falhas, um Estudo de Impacto
195 Ambiental com graves questões, que embasam para que possa ser pautado
196 nesta Câmara. E que, se não for baixado em diligência, que é uma decisão do
197 presidente, e se for votada, isso é insegurança jurídica e violar os preceitos que
198 regem o licenciamento." As considerações feitas pela representante do Fonasc
199 também foram esclarecidas pela área técnica da Supram Central Metropolitana
200 e pela consultoria do empreendimento, tendo sido mantido o Parecer Único nos
201 termos apresentados. Manifestação registrada após a conclusão deste item de
202 pauta. Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: "Na reunião passada, uma
203 pessoa, após a reunião, me procurou falando que algumas falas minhas
204 questionando a Supram ofendiam profundamente alguns técnicos da Supram.
205 Eu gostaria de deixar claro que as minhas posições em relação ao Sisema e à
206 Supram são baseadas no histórico de vários anos em que eu acompanho a
207 postura da instituição, especialmente, das suas autoridades superiores,
208 eventualmente, de alguns técnicos. Evito ao máximo atribuir as minhas

209 convicções a ‘a’ ou ‘b’. Então, eu tenho muito respeito pelos técnicos da
210 Supram. Agora, eles precisam conhecer a memória do Sisema antes de
211 acharem que vão me açodar, eventualmente. Porque eu recebi uma terceira
212 informação de que teriam pessoas se armando para nos questionar sobre várias
213 coisas. Então, eu gostaria de dizer isso. Conheçam a memória da instituição e
214 depois questionem as pessoas que a criticam. Nós vamos parar de criticar no
215 dia em que a postura da instituição mudar. Por enquanto, estamos longe disso.”

216 **5.2) Alcoa Alumínio S/A. Produção de energia termoelétrica a gás natural e**
217 **biogás. Poços de Caldas/MG. PA 00085/1980/103/2016. Classe 6.**
218 **Apresentação: Supram Sul de Minas. Retorno de vista: conselheiro**
219 **Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho.** Licença concedida por
220 unanimidade nos termos do Parecer Único e de acordo com a conclusão do
221 parecer do relator do pedido de vista, com inclusão das seguintes
222 condicionantes: “Protocolar perante a Gerência de Compensação Ambiental do
223 IEF, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da licença,
224 processo de compensação ambiental, conforme procedimentos estipulados pela
225 Portaria IEF nº. 55, de 23 de abril de 2012”; “Apresentar programa de
226 recrutamento, treinamento e capacitação de mão de obra local para trabalhar
227 durante a implantação e operação da UTE. Prazo: na formalização da LI”. Antes
228 da discussão e votação deste processo, foram registradas as seguintes
229 alterações no Parecer Único. Fernando Baliani da Silva, da Supram Sul de
230 Minas: “Em observância ao Decreto 47.137, que modifica o Decreto 44.844, no
231 que diz respeito à validade da licença, onde se lê 4 (quatro) anos, passa para 5
232 (cinco) anos. Em relação ao código da atividade, onde se lê ‘E-02-02-1,
233 produção de energia termoelétrica, exclusive gás natural e biogás’, que se leia
234 ‘E-02-02-4, produção de energia termoelétrica a gás natural e biogás’.”

235 **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE PRORROGAÇÃO DE**
236 **PRAZO PARA ATENDIMENTO DA CONDICIONANTE DE LICENÇA DE**
237 **OPERAÇÃO. 6.1) Mata Velha Energética S/A. PCH Mata Velha. Barragens**
238 **de geração de energia hidrelétrica. Unaí/MG. PA 12264/2010/004/2015.**
239 **Condicionante nº 13. Classe 5. Apresentação: Supram Noroeste de Minas.**
240 Prorrogação de prazo concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único.

241 **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE**
242 **OPERAÇÃO CORRETIVA. 7.1) Vale S/A. PCH Glória. Barragens de geração**
243 **de energia hidrelétrica. Muriaé/MG. PA 23991/2012/001/2013. Classe 5.**
244 **Apresentação: Supram Zona da Mata.** Licença concedida por unanimidade
245 nos termos do Parecer Único, com inclusão e alteração de condicionantes.
246 Aprovada a inclusão das seguintes condicionantes: “Complementar o
247 diagnóstico da avifauna, com destaque para espécies associadas a ambientes
248 aquáticos e matas ciliares. Prazo: 180 (cento e oitenta) dias”; “Apresentar
249 programa de monitoramento de espécies ameaçadas de extinção associadas
250 aos ambientes aquáticos dos grupos faunísticos mastofauna, avifauna e
251 herpetofauna. Prazo: 360 (trezentos e sessenta) dias”. Aprovada a exclusão da

252 condicionante nº 11. Aprovado novo prazo para a condicionante nº 15: “Prazo:
253 120 (cento e vinte) dias”. Aprovadas novas redações para as condicionantes nº
254 12 e 13: Condicionante nº 12 - “Apresentar ao protocolo da Supram ZM a
255 manifestação do lepha em relação ao empreendimento. Caso o lepha
256 condicione o funcionamento do empreendimento a determinada providência,
257 esta deverá ser executada no prazo e forma indicada na manifestação. Prazo:
258 30 (trinta) dias a partir da obtenção da manifestação”. Condicionante nº 13 -
259 “Apresentar ao protocolo da Supram ZM a manifestação do órgão gestor da
260 APA do Pontão e da APA do Rio Preto em relação ao empreendimento. Caso o
261 órgão gestor das unidades de conservação condicione o funcionamento do
262 empreendimento a determinada providência, esta deverá ser executada no
263 prazo e forma indicada na manifestação. Prazo: 30 (trinta) dias a partir da
264 obtenção da manifestação”. **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME
265 DE REVALIDAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 8.1) Votorantim Metais
266 Zinco S/A. Barragens de geração de energia hidrelétrica; linhas de
267 transmissão de energia elétrica e subestação de energia elétrica. Juiz de
268 Fora/MG. PA 01232/2009/005/2016. Classe 5. Apresentação: Supram Zona
269 da Mata.** Licença revalidada por unanimidade nos termos do Parecer Único,
270 com inclusão e alteração de condicionantes. Aprovada a inclusão da seguinte
271 condicionante: “Apresentar programa de monitoramento de espécies
272 ameaçadas de extinção associadas aos ambientes aquáticos dos grupos
273 faunísticos mastofauna, avifauna e herpetofauna. Prazo: 180 (cento e oitenta)
274 dias”. Aprovadas novas redações para as condicionantes nº 6 e 12 -
275 Condicionante nº 6: “Apresentar ao protocolo da Supram ZM a manifestação do
276 lepha em relação ao empreendimento. Caso o lepha condicione o
277 funcionamento do empreendimento a determinada providência, esta deverá ser
278 executada no prazo e forma indicada na manifestação. Prazo: 30 (trinta) dias a
279 partir da obtenção da manifestação.” Condicionante nº 12: “Continuidade do
280 monitoramento da ictiofauna, com realização de quatro campanhas anuais,
281 sendo duas realizadas no período de piracema, enviando relatórios de controle
282 à Supram Zona da Mata, apresentados de uma só vez no âmbito do relatório
283 anual consolidado. Prazo: durante a vigência da Licença”. **9)
284 ENCERRAMENTO. Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva: “Só
285 reforçar esse imbróglie em que ficamos de discussão de licenciamento pontual.
286 Enquanto não partirmos para a discussão de fator locacional, principalmente, os
287 empreendedores e nós da sociedade civil vamos ficar nessa discussão eterna.
288 Enquanto não tivermos coragem de enfrentar esse problema de frente, como de
289 uma linha de transmissão. Se já tivéssemos um zoneamento decente, bem
290 realizado, essa linha de transmissão já teria toda essa questão pacificada. O
291 que nós vemos depois é que uma linha de transmissão dessa vai ser
292 judicializada, uma hidrelétrica vai ser judicializada, uma mineradora vai ser
293 judicializada. E o poder público, que é o ator principal, não encara. E nós
294 ficamos ainda com o cachorro correndo atrás do rabo. Eu só estou querendo**

295 reforçar esse apelo ao setor produtivo, às empresas, à sociedade civil, às
296 entidades de classe e ao governo, principalmente, que façam o dever de casa.
297 Vamos partir para o zoneamento, não esse zoneamento que foi feito, porque
298 está desatualizado etc. Outro ponto do empreendimento da linha de transmissão
299 é que eu acho importante uma atenção especial e reforcei ao pessoal da
300 Supram para que fique de olho na LI, na questão das espécies ameaçadas
301 falconiformes, um dos grupos mais afetados por linhas de transmissão. No
302 relatório que nos chegou foram só duas espécies ameaçadas: um gavião-de-
303 penacho (gavião pega-macaco) e um gavião-branco. Nos estudos que
304 realizamos na região da Gandarela e em outros locais próximos, nós
305 identificamos mais duas espécies de falconiformes ameaçadas. Inclusive, existe
306 um artigo publicado com a citação de algumas dessas espécies: o gavião-de-
307 penacho (*Spizaetus ornatus*) e a águia-cinzenta (*Harpyhaliaetus coronatus*). Eu
308 vou buscar um contato com a Supram Central, mas que se tenha atenção, na LI,
309 porque nós temos um programa efetivo para avaliação do impacto nessas
310 comunidades e de todas as medidas mitigatórias que vão ser adotadas para
311 evitar a perda das populações dessas espécies ameaçadas. Por fim, só uma
312 dúvida sobre as Avaliações Ambientais Integradas que foram feitas. Nós
313 tivemos uma notícia, ontem, da Avaliação Ambiental Integrada do alto rio
314 Paranaíba. A apresentação, será obrigatório que passe pelo COPAM regional?”
315 Presidente André Luis Ruas: “Na reformulação da SEMAD, foi criada a Diretoria
316 de Projetos e Estudos Ambientais, onde as Avaliações Ambientais Integradas
317 são analisadas. Hoje, seguem uma metodologia da DN COPAM 175/2012. Nós
318 tivemos um workshop no segundo semestre de 2015, foram dois dias na Cidade
319 Administrativa. Nós buscamos especialistas de outros Estados, para pegar
320 experiência de outros Estados em relação à Avaliação Ambiental Integrada. Nós
321 detectamos que a DN 175 tem muitos pontos que carecem de melhora. Eu até
322 conversei com a diretora atual se teria a possibilidade de retomar a proposta do
323 workshop, que era um grupo de trabalho para revisar a DN 175. Houve uma
324 série de dificuldades, mas eles irão retomar essa discussão agora. Se vai ser
325 aprovada ou não nesta Câmara, tem que ver o novo decreto da SEMAD que
326 alterou a estrutura do COPAM. Teria que estar previsto no decreto da SEMAD.”
327 Conselheiro Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho: “No caso concreto do alto
328 Paranaíba, o decreto saiu colocando a apresentação da AAI em 90 dias. Me
329 parece que não existe neste período a pauta de reunião marcada. Quem vai
330 marcar é a própria SEMAD. Mas é uma apresentação que tem que ser feita e já
331 está disponível.” Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva: “Nós
332 criticamos, na época, essa deliberação. Foi o que eu justamente reforcei aqui:
333 se não encarar o problema de trabalhar Avaliações Ambientais Integradas que
334 realmente definam restrição ou particularidades, não vai adiantar nada, nós
335 vamos entrar em outra judicialização. E era um trabalho que o governo deveria
336 fazer aproveitando talvez até a Cemig. A Cemig tem os P&D e poderia
337 aproveitar uma verba, com os Comitês de Bacias. Esta Câmara poderia se

338 debruçar mais sobre esse assunto para pacificarmos juridicamente essa
339 questão. Realmente, que venha um levantamento que seja do Estado. Nós
340 poderíamos trabalhar isso no âmbito do Plano Estadual de Recursos Hídricos,
341 na sua atualização. Sabemos que tem rios em que continuamos com
342 hidrelétricas em áreas estratégicas. Teve até a boa notícia do Quebra Anzol,
343 mas existia essa questão. Nós temos o Tejuco, na nossa região, e outros rios do
344 Estado. E nós precisamos começar a definir. Vamos pacificar isso, isso está na
345 Política de Recursos Hídricos, vamos fazer o dever de casa. Eu só faço esse
346 apelo e vou continuar, principalmente, nesta Câmara, em que os
347 empreendimentos hidrelétricos virão para licenciamento. Quando alguém chegar
348 e me cobrar, 'nós estamos cobrando uma ferramenta que seja mais eficiente na
349 definição do licenciamento ambiental." Conselheiro Antônio Walter dos Santos
350 Pinheiro Filho: "É uma crítica que eu já fiz, inclusive, na Câmara de Energia e
351 Mudanças Climáticas, de que a Avaliação Ambiental Integrada hoje, se fosse
352 até mais restritiva, eliminando empreendimentos, tomando ações, talvez fosse
353 até mais efetiva. Porque hoje ela existe, mas não a vemos como instrumento de
354 política pública. Sempre tem esses problemas, cria essas confusões entre meio
355 ambiente e empreendedores. Talvez se ela fosse um documento mais restritivo,
356 tirando o que não cabe colocar... O inventário da Aneel exige que se faça uma
357 divisão de todo o rio, e às vezes entram empreendimentos que não têm
358 viabilidade nem econômica nem ambiental. E se pudéssemos até concentrar em
359 aprovar empreendimentos e que dali tivesse contrapartida para se preservar. Os
360 empreendimentos têm compensação financeira, compensação ambiental. Às
361 vezes, abre mão de alguns e mantém outros, mas aqueles outros podem
362 assumir o compromisso de preservar uma área inteira. Mas nós ficamos
363 perdendo tempo. O 'Fantástico', ontem, mostrou um negócio que eu achei
364 incrível, uma unidade de tratamento de esgoto que ficou quatro anos com as
365 obras prontas, bombas prontas, e o poder público não definia quem era a
366 fornecedora de energia. O que aconteceu? Roubaram as bombas. E hoje não
367 vai se implantar, e o esgoto continua correndo a céu aberto. É isso que
368 acontece, fica muito tempo discutindo essas minúcias, e o impacto correndo
369 solto. Eu acho que nós realmente precisamos ter mais objetividade nessas
370 políticas públicas, e essa da AAI é bem-vinda. Que venha e seja discutida, para
371 colocarmos os pontos que consolidem o meio ambiente e os empreendimentos." Presidente André Luis Ruas: "Quando a AAI foi implantada em Minas, era uma
372 novidade no Brasil inteiro, a metodologia, como que calcula. É um instrumento
373 praticamente novo no Brasil, tem Estados que não têm Avaliação Ambiental
374 Integrada. A própria DN 175 tem uma série de dificultadores, por isso eu acho
375 que é uma ferramenta que não foi para a frente, mas é uma coisa que dá para
376 ser atacada, sim, e espero que nesta nova estruturação, com a criação dessa
377 diretoria, possam realmente fazer o grupo de trabalho, até porque a situação é
378 bem dinâmica. Por exemplo, hoje tem seis ou sete Resoluções SEMAD que
379 definem quais são as UPGRHs em que deve ser feita a Avaliação Ambiental
380

381 Integrada. E hoje no próprio processo de aprendizado que a SEMAD está
382 vivendo, analisando essas AAls, nós estamos vendo que talvez a própria
383 UPGRH escolhida não é a mais indicada, que tem outras UPGRHs muito mais
384 importantes em que deveríamos fazer esse estudo. Mas precisa haver uma
385 metodologia muito bem discutida, muito bem definida, para não incorremos no
386 erro. Por exemplo, na DN 175, pede que a Aneel faça o estudo, e a Aneel fala
387 que não faz. Mas é uma questão importante.” Conselheiro Gustavo Bernardino
388 Malacco da Silva: “O Fhidro, neste ano, depois do corte de 70%, tinha mais de
389 R\$ 90 milhões, esse recurso está lá. Se queremos executar a Política Estadual
390 de Recursos Hídricos e definição de áreas de restrição para proteção de
391 recursos hídricos e ecossistemas aquáticos, o dinheiro está lá. Não precisa ficar
392 mais demorando. Nós contratamos, o Estado executa com o dinheiro do Fhidro,
393 às vezes em parceria com a Cemig ou outros órgãos que estão no sistema.”
394 Presidente André Luis Ruas: “E faz sentido até porque o recurso do Fhidro vem
395 da compensação financeira por área inundada de reservatório. Então, nada
396 mais ideal do que esse dinheiro volte para o setor elétrico, que é uma
397 compensação financeira paga pelo setor elétrico, que se reverta em uma
398 ferramenta que vai ser utilizada pelo próprio setor hidrelétrico.” Leonardo, da
399 Supram Zona da Mata: “Eu queria corroborar com tudo isso, eu acho muito
400 importante essa discussão estar acontecendo em uma Câmara Especializada.
401 Em nome da equipe da Supram Zona da Mata, eu quero agradecer todas as
402 contribuições que foram dadas aqui, porque eu acho que isso engrandece muito
403 a análise dos processos de licenciamento daqui para a frente. E quem ganha,
404 na verdade, são as espécies, não ‘a espécie’, mas as espécies que habitam o
405 planeta.” Em seguida, não havendo outros assuntos a serem tratados, o
406 presidente André Luis Ruas agradeceu a presença de todos e declarou
407 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

412 **André Luis Ruas**
413 **Presidente da Câmara Técnica Especializada**
414 **de Atividades de Infraestrutura de Energia**